ISSN: 2358-8829

MONITORAR PARA RESPONSABILIZAR? UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MENTORIA PEDAGÓGICA (RS, 2024) À LUZ DOS ESTUDOS CULTURAIS

Débora Inês Vogt [1]
Janete Inês Müller [2]

INTRODUÇÃO

Indicadores educacionais reforçam a necessidade de iniciativas que fortaleçam a gestão pedagógica, a formação continuada de professores e, especialmente, a implementação de políticas educacionais eficientes e eficazes para buscar a melhoria da qualidade da educação pública. Esta é uma pauta de preocupações de diferentes redes de ensino e de políticas públicas. Melhorar a qualidade, entretanto, passa por caminhos diversos. Nesse contexto, avança entre os estados brasileiros a adoção da prática da Tutoria Pedagógica, difundida pela Fundação Itaú Social, desde 2014. Dois anos após lançarem o Guia de Tutoria Pedagógica para dar subsídios para gestores públicos implementarem a estratégia, os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Rondônia, além do Distrito Federal, assumiram um compromisso: implantar o programa em suas redes estaduais (Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, 2016). Entre esses, somente Mato Grosso do Sul não efetivou a parceria nos anos seguintes. Somaram-se a estes ainda os estados do Paraná (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2019) e o Rio Grande do Sul (Costa, 2023).

Este programa, que se anuncia como uma estratégia de cooperação e alinhamento entre as secretarias estaduais e as instituições de ensino, conta com a colaboração de profissionais da educação que atuam como ponte para a efetivação de políticas públicas, sendo realizados encontros semanais de alinhamento e

[1] Professora da rede estadual do Rio Grande do Sul desde 2010. Licenciada em História (UNISC) e pós-graduada em Interdisciplinaridade (UNICID), Coordenação Pedagógica (UFRGS) e Educação (IFSUL) e MBA em Práticas de Gestão na Administração Pública (FOCUS). Mestranda em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS, debora-ivogt@educar.rs.gov.br.
[2] Professora orientadora: docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - Câmpus Venâncio Aires. Graduada em Letras (UNISC); Especialista em Libras (UNIASSELVI); Mestre e Doutora em Educação (UFRGS) - RS, janetemuller@ifsul.edu.br.

ISSN: 2358-8829

monitoramento diretamente nas escolas. O estado do Rio Grande do Sul instituiu, em setembro de 2023, o programa de Tutoria Pedagógica, mas mudou de nome na virada do ano, quando passou a ser anunciado, nas reportagens oficiais do Governo do Estado e nos canais de comunicação, como Mentoria Pedagógica. Contudo, o vínculo com a Fundação Itaú Social não parece ter sido desfeito. A Mentoria Pedagógica, segundo a divulgação do próprio Governo do Estado, é um dos projetos estratégicos da Secretaria de Educação, tendo por objetivo a qualificação do processo de ensino e aprendizagem na rede estadual, com foco no combate à evasão escolar, a diminuição dos índices de reprovação e melhoria no desempenho dos estudantes, baseada no acompanhamento de profissionais da educação junto às equipes gestoras das escolas, por meio de encontros semanais. Implementado há pouco mais de um ano, o programa surge como uma resposta às demandas por melhorias educacionais no estado.

Para analisar o Programa de Mentoria Pedagógica, adota-se o aporte dos Estudos Culturais, entendendo que políticas públicas e práticas escolares são atravessadas por relações de poder, disputas de significação e processos de produção de identidades. Como afirmam Costa, Silveira e Sommer (2003), os Estudos Culturais "investem intensamente nas discussões sobre a cultura, colocando a ênfase no seu significado político" (p. 38). Assim, a política educacional não é um conjunto neutro de orientações, mas um texto cultural que produz sentidos sobre o que é qualidade, aprendizagem, gestão e eficácia na escola pública. Ao situar o programa como prática cultural, abre-se espaço para compreender como ele reconfigura posições de sujeito, expectativas sobre a gestão pedagógica e formas contemporâneas de regulação das escolas gaúchas.

Neste contexto, a pesquisa procurou investigar como o programa Mentoria Pedagógica atua no monitoramento da qualidade das práticas pedagógicas e na avaliação da aprendizagem em escolas públicas do Rio Grande do Sul. Compreender suas características, práticas e impactos permite identificar estratégias para enfrentar desafios estruturais e aprimorar a qualidade do ensino. O estudo, portanto, pode contribuir para a construção de políticas públicas fundamentadas em evidências, fortalecendo o desenvolvimento educacional e a formulação de ações estratégicas voltadas à melhoria da educação gaúcha e nacional.

METODOLOGIA

A pesquisa investigou diferentes fontes primárias: oficiais, como decretos e relatórios da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul disponíveis on-line, bem como materiais de formação e orientações aos mentores e gestores; e fontes midiáticas, como reportagens e notas em canais de comunicação oficiais do governo gaúcho e artigos ou análises em jornais e revistas especializadas em educação. Além disso, referências acadêmicas que abordam a temática de mentoria nas políticas educacionais, sustentando teoricamente a presente pesquisa.

O levantamento de dados ocorreu especialmente em sites oficiais e bibliotecas digitais, além da seleção de materiais complementares em bancos acadêmicos e de notícias. Foram selecionados artigos acadêmicos a partir das palavras-chave "mentoria pedagógica, monitoramento e avaliação" publicados na última década no Google Acadêmicos, visto que o programa em parceria com estados brasileiros da Fundação Itaú Social foi lançado em 2014.

Assim, pretendeu-se oferecer subsídios acadêmicos para o debate educacional e político gaúcho.

REFERENCIAL TEÓRICO

A mentoria é uma prática que tem ocupado um lugar maior na educação, aponta Moran (2019), que foi incorporada do mundo empresarial. O pesquisador sinaliza diferentes possibilidades de adequação da mentoria no campo pedagógico, mas se concentra especialmente na ação de um professor que orienta os estudantes ou professores com menos experiência ou até mesmo entre pares, tanto no ambiente presencial como no formato on-line: "O foco em mentoria-tutoria é um tema que precisa ser mais discutido, experimentado, institucionalizado e que abre novas perspectivas de atuação profissional para os docentes, dentro e fora das instituições de Ensino", explica. Simões e Alarcão (2011) apontam para características comuns entre os autores que já discutiram a temática, que seriam:

> A tutoria pedagógica é uma estratégia de acompanhamento que articula as diretrizes pedagógicas da Seduc com as ações das CREs e das escolas, com o objetivo de fortalecer os gestores escolares na missão de melhorar o desempenho dos estudantes. Profissionais qualificados atuarão em colaboração com as equipes diretivas e os supervisores pedagógicos das instituições para executar as ações previamente definidas. (Costa, 2023)

Para Inostroza, Tagle e Jara (2007) é fundamental que o formato contemple uma aprendizagem colaborativa:

Este modelo se caracteriza por exigir formación para los mentores y desarrollar una práctica centrada tanto en el aprendizaje colaborativo como en la realización de una investigación-acción, a través de la cual se trabaja en torno a un dilema consensuado por el docente principiante y el mentor. Este constituye el eje para la reflexión sobre y en la acción, con el propósito de develar y comprender el porqué se produce y, desde ahí, levantar la concepción alternativa y/o acciones que podrían revertir la situación, monitoreando sistemáticamente el proceso y haciendo los ajustes que sean necesarios para lograr una enseñanza de calidad y aprendizajes significativos (Inostroza; Tagle; Jara, 2007, p. 58).

O projeto de Mentoria Pedagógica do Governo do Estado do Rio Grande do Sul parece convergir para uma qualificação das equipes gestoras das escolas da rede estadual de ensino parece convergir para o que é apontado por Luiz (2022) de que as estratégias metodológicas para a resolução de situações-problema não surgem de grandes ações. “Pode-se afirmar que a maneira mais coerente para resolver ou buscar soluções para desafios da escola é elaborar projetos pedagógicos com ações possíveis” (2022, p. 7). Para a autora, espaços de mentoria relacionam-se com vivências e desafios compartilhados, em que há oportunidades para criar vínculos e elaborar novos métodos com a finalidade de aprimorar as relações a partir do modelo abaixo:

Figura 1. Modelo de mentoria



Fonte: Luiz, 2022, p. 5

Este movimento de formação continuada dos profissionais da educação se aproxima das formulações de Nóvoa de que os professores se constituem na sua relação

ISSN: 2358-8829

com os pares. Assim, a proposição da "necessidade de uma formação de professores construída dentro da profissão" (Nóvoa, 2009, p. 28). Nessa perspectiva cabe investigar se a experiência dos/as participantes do programa, no dia a dia da escola, que já nasce assimétrica, busca uma horizontalidade onde todos aprendem ou numa imposição, visto que é exercida pela mantenedora que apresenta as pautas e as situações-problema aos gestores escolares que devem cumprir políticas públicas sem uma ação-reflexão e sobre os quais recaem, muitas vezes, a culpa pelo insucesso como apontado por Merino e Melero (2017):

> La creciente importancia del liderazgo escolar ha ido de la mano de un contexto educativo cada vez más complejo, con expectativas de mejora en los resultados, búsqueda de equidad en la calidad, inclusión de la diversidad, mayor responsabilidad y exigencia de rendición de cuentas hacia los directores, lo que ha contribuido a aumentar el nivel de presión sobre el rol directivo (Merino; Melero, 2017, p. 12).

O programa gaúcho parece contribuir para a necessidade apontada por Maria Cecília Luiz de que "fazer o monitoramento e avaliar é algo a ser feito não somente no final de etapas, mas o tempo todo" (2022, p. 20). Heloísa Lück (2009) também aponta para a importância da avaliação da aprendizagem escolar e do constante monitoramento dos processos pedagógicos realizados, principalmente pela gestão pedagógica, nas instituições escolares para alavancar a aprendizagem.

> O monitoramento é o processo de acompanhamento sistemático e descritivo dos processos de implementação de plano ou projeto de ação, com o objetivo de garantir sua maior efetividade, mediante a verificação do seu ritmo de trabalho, o bom uso do tempo e dos recursos, a aplicação adequada das ações e competências previstas e necessárias, em relação aos resultados pretendidos (Lück, 2009, p. 45).

Da mesma forma que cabe aos gestores escolares monitorar e avaliar a aprendizagem a fim de alcançar as competências pretendidas, a efetivação de políticas públicas que buscam alavancar a qualidade da educação no estado gaúcho, como da Mentoria Pedagógica, pode ser alcançada através de diferentes formas. Será que o trabalho em equipe, a valorização das diferenças e a liderança colaborativa são elementos fundamentais na resolução de situações-problemas através do programa?

O campo dos Estudos Culturais compreende a cultura como "um contestado e conflituoso conjunto de práticas de representação ligadas ao processo de composição e recomposição dos grupos sociais" (Frow & Morris, 1997, apud Costa et al., 2003, p. 38). Dessa perspectiva, documentos oficiais, decretos, reportagens e orientações pedagógicas são entendidos como textos culturais que não apenas descrevem ações, mas

ISSN: 2358-8829

produzem significados, regulam práticas e instituem hierarquias dentro do campo educacional. Costa et al. (2003) reforçam que "[...] os textos culturais são o próprio local onde o significado é negociado e fixado" (p. 39), o que permite analisar o Decreto nº 57.739/2024 como um artefato que fabrica sentidos sobre gestão, desempenho e monitoramento, posicionando gestores e mentores em determinadas formas de atuação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira menção oficial ao programa ocorreu em reportagem publicada pela Assessoria de Imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 21 de setembro de 2023. Intitulada "Escolas estaduais iniciam tutoria pedagógica para qualificar ensino e evitar evasão escolar", a matéria apresentou a proposta como uma estratégia da Secretaria da Educação (Seduc) para qualificar o processo de ensino e aprendizagem, combater o abandono escolar e reduzir os índices de reprovação. De acordo com a publicação, o projeto foi iniciado com o nome Tutoria Pedagógica, envolvendo 118 tutores vinculados às Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), com o objetivo de atender 851 escolas da rede estadual.

A proposta previa encontros semanais presenciais, com foco no apoio à equipe gestora e na articulação entre as diretrizes pedagógicas da Seduc, as ações das CREs e as práticas escolares. A secretária estadual da Educação, Raquel Teixeira, destacou que a tutoria seria uma ferramenta contínua de acompanhamento da aprendizagem, iniciada com um projeto-piloto nas CREs de Porto Alegre e Guaíba, e, a partir de setembro daquele ano, expandida para todo o estado.

O governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, instituiu o programa de Mentoria Pedagógica, através do Decreto nº 57.739 de 7 de agosto de 2024, quase um ano após o início efetivo da atuação das mentoras junto às escolas públicas estaduais. O programa parece representar uma tentativa do poder público de responder à necessidade de qualificação contínua das práticas pedagógicas nas escolas estaduais. A análise deste decreto, à luz do referencial teórico apresentado, evidencia avanços, desafios e possíveis tensões entre a concepção teórica da mentoria e a forma como ela é operacionalizada na política educacional.

A escolha pela análise documental fundamenta-se na compreensão, própria dos Estudos Culturais, de que a cultura opera por meio de textualidades. Conforme

explicam Costa et al. (2003), “não devemos nos surpreender que as lutas pelo poder [...] assumam, progressivamente, a forma de uma política cultural” (p. 39). Dessa maneira, decretos, normativas e reportagens oficiais podem ser lidos como práticas discursivas que articulam significados, produzem sujeitos e orientam modos específicos de agir na escola pública. Assim, analisar o texto legal da Mentoria Pedagógica e seus materiais formativos permite identificar os sentidos que o Estado atribui à qualidade, ao monitoramento e à função dos gestores escolares.

O decreto aproxima-se da concepção de mentoria como prática pedagógica defendida por Simões e Alarcão (2011), ao instituir o acompanhamento e o apoio aos profissionais da educação com foco na aprendizagem. A definição dos objetivos do programa — fortalecer a gestão pedagógica, melhorar o desempenho dos estudantes e promover práticas eficazes — denota o caráter formativo e instrumental da proposta, o que vai ao encontro das funções atribuídas à mentoria: apoio emocional, promoção da autodeterminação e facilitação na aquisição de competências. Entretanto, é preciso analisar com maior profundidade o quanto a vinculação a metas de desempenho pode restringir a autonomia esperada na interação entre mentor e mentorando, desafiando a horizontalidade que a literatura aponta como desejável.

Do ponto de vista de Moran (2019), a proposta do programa aproxima-se da concepção de mentoria como prática profissional incorporada à educação, na medida em que institucionaliza a presença de um educador mais experiente orientando o desenvolvimento de outro profissional. No entanto, o decreto silencia sobre os critérios de seleção dos mentores pedagógicos, delegando essa definição a um instrumento posterior (Art. 3º, parágrafo único), o que abre margem para questionamentos fundamentais: quem são os mentores pedagógicos? São, de fato, os profissionais mais experientes e com maior repertório formativo? Ou são profissionais que, embora legitimados administrativamente, têm pouca vivência no chão da escola? Há riscos de que o mentor conheça menos das especificidades e realidades escolares do que os próprios mentorados, especialmente gestores com longa atuação em contextos complexos.

Ainda, cabe perguntar: os processos de formação continuada oferecidos aos mentores, conforme previsto no Art. 5º, I, são suficientes para qualificar essa atuação com profundidade e sensibilidade pedagógica? Tais formações contemplam

metodologias colaborativas, dilemas reais e a escuta ativa das escolas? Ou se restringem a conteúdos prescritivos e orientações tecnicistas?

Outras questões importantes que emergem, a partir do referencial teórico, são: O programa oferece canais para que os mentorados também atuem como sujeitos ativos na formação dos mentores, numa perspectiva dialógica e recíproca? Como se evitam relações hierárquicas e de controle no lugar de trocas formativas entre pares? Esses questionamentos são fundamentais para que a política pública não se reduza a uma intervenção verticalizada, descolada da realidade escolar, mas se configure, de fato, como um espaço de formação entre profissionais que se reconhecem mutuamente como sujeitos de saber.

Sob a ótica de Luiz (2022), o decreto evidencia uma resposta prática e viável às necessidades da escola, ao promover ações possíveis de qualificação e apoio às equipes gestoras. A ênfase em estratégias de acompanhamento contínuo, pois os encontros são semanais, e no desenvolvimento de vínculos entre os profissionais pode abrir espaço para a construção de novos métodos de trabalho e a valorização de experiências compartilhadas, como propõe o modelo de mentoria da autora. No entanto, a centralidade da Secretaria da Educação na definição das pautas e critérios de seleção dos mentores (Art. 3º, Parágrafo único) indica uma condução verticalizada do processo, o que pode reduzir a autonomia das escolas e tornar os gestores escolares meros executores das políticas públicas, em consonância com as críticas de Merino e Melero (2017) sobre a crescente responsabilização dos diretores escolares frente aos resultados educacionais.

Ao institucionalizar encontros semanais obrigatórios e estabelecer critérios centralizados para a atuação dos mentores, o programa atualiza formas contemporâneas de regulação simbólica que, segundo Costa et al. (2003), caracterizam as “lutas pelo poder [...] cada vez mais simbólicas e discursivas” (p. 39). O decreto produz um tipo específico de gestor. Um que é alinhado às pautas centrais e orientado por métricas de desempenho, ao mesmo tempo em que atribui aos mentores a função de garantir a circulação desses sentidos nas escolas. Trata-se, portanto, de uma tecnologia cultural de gestão, que atua tanto no plano administrativo quanto na formação das identidades profissionais.

A importância de uma formação construída na e pela profissão docente, proposta por Nóvoa (2009), neste contexto, pode ser retomada para destacar a relação entre pares,

ISSN: 2358-8829

como espaço de constituição profissional, demanda abertura ao diálogo, escuta e construção coletiva. Estes elementos, que podem estar presentes no programa, mas precisam ser garantidos não apenas pela regulamentação legal, mas por uma cultura institucional de valorização da formação continuada horizontal. Se a mentoria é imposta como mecanismo de controle de resultados, corre-se o risco de esvaziar seu potencial formativo e transformador.

O decreto também atende às diretrizes de monitoramento e avaliação contínua da aprendizagem defendidas por Lück (2009) e Luiz (2022). As ações previstas no Art. 4º, especialmente no que tange ao acompanhamento das trajetórias dos estudantes e ao aprimoramento da gestão pedagógica, colocam a mentoria como ferramenta de intervenção direta nas políticas educacionais. O desafio, contudo, está em garantir que esse monitoramento não se limite à cobrança de metas e indicadores, mas que seja articulado com processos reflexivos de análise das práticas pedagógicas, como sugerido por Lück.

A concessão de bolsas para os mentores pedagógicos (Art. 6º) evidencia um esforço de valorização da função. O valor pago inicialmente era de R$700,00. Reajustado em março de 2025, atualmente são pagos R$1.200,00 a título de bolsas de formação. “O Estado conta, atualmente, com 247 mentores pedagógicos que trabalham em todas as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs)” segundo publicação da Assessoria de Comunicação da Seduc. Ou seja, mensalmente - somente com as bolsas - são destinados menos de R$ 300 mil/mensais. Contudo, esse investimento deve ser muito maior considerando os custos de deslocamentos para os encontros nas escolas e a formação continuada dos mentores pedagógicos. É preciso observar também que o pagamento a título de bolsa de estudo não incorpora benefícios previdenciários para aposentadoria, o que pode limitar o número de interessados. Além disso, é preciso considerar que é pré-requisito do programa que as vagas sejam preenchidas por professores nomeados. Apesar de não serem públicos dados sobre o percentual de profissionais efetivos, é notório o contexto de precarização do trabalho e de esvaziamento do magistério público estadual o que também pode limitar a seleção de professores qualificados para a função.

As tensões identificadas entre formação colaborativa e responsabilização, entre apoio pedagógico e controle, são coerentes com o que Costa et al. (2003) descrevem como a natureza “instável e descentrada” dos Estudos Culturais (p. 42), campo marcado

por disputas teóricas e políticas. Quando a Secretaria centraliza pautas e define metas de desempenho, emergem discrepâncias entre os princípios teóricos da mentoria — baseados em horizontalidade e aprendizagem colaborativa — e as práticas prescritas pela política pública. Essa tensão confirma que políticas educacionais, como afirmam as autoras, são sempre "formações discursivas" (p. 43), nas quais sentidos concorrentes coexistem, se sobrepõem e se confrontam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos oficiais, especialmente do Decreto nº 57.739/2024, mostra que o Programa de Mentoria Pedagógica no Rio Grande do Sul incorpora, em parte, os princípios teóricos discutidos na literatura sobre mentoria na educação. A proposta reconhece a importância da formação contínua, da colaboração entre profissionais e do acompanhamento pedagógico como estratégia de melhoria da aprendizagem. No entanto, os limites impostos por uma estrutura centralizadora e voltada para resultados podem comprometer a autonomia e a horizontalidade que caracterizam uma mentoria transformadora. Resta investigar, na prática cotidiana das escolas, se a proposta se concretiza como espaço de escuta, troca e construção conjunta de saberes, ou se será mais uma política de responsabilização dos gestores frente ao fracasso escolar.

Palavras-chave: Mentoria Pedagógica, mentoria, monitoramento, avaliação.

REFERÊNCIAS

CARGNELUTTI, Camila. Projetos do Executivo sobre educação são encaminhados para a Assembleia. Porto Alegre, 8 nov. 2023. **GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.** Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/projetos-do-executivo-sobre-educacao-sao-encaminhados-para-a-assembleia>. Acesso em 20 jul 2024.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. **Estudos Culturais, educação e pedagogia**. *Cadernos de Educação*, Pelotas: Editora Universitária/UFPel, n. 22, 2003.

INOSTROZA, G.; TAGLE, T. Y.; JARA, E. Formación de mentores de professores principiantes de educación básica. **Docencia**, Chile, n. 33, s/v, 2007, p. 57-63.

ITAÚ SOCIAL. Fundação Itaú Social lança guias com foco em tutoria pedagógica e tutoria de área [S.l.] 21 jul. 2014. **PLURALE EM SITE**. Disponível em: <https://www.plurale.com.br/noticias-detalhes.php?cod=13673>. Acesso em 15 nov 2024.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUIZ, Maria Cecília (org). **Mentoria de diretores escolares**: orientações práticas. São Carlos, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/mentoria-de-diretores-escolares/pdf/AnexoETextoSala2Basestcnicaseteric asnamentoriadediretores.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2025.

MERINO, P.; MELERO, D. **Acompañando a nuevos líderes educativos:** ferramentas para la mentoria a directores novelas. Santiago: Universidad Diego Portales/CEDLE, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ensino médio tem maior taxa de evasão da educação básica. Brasília, 22 fev. 2024. **AGÊNCIA GOV**. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/ensino-medio-tem-maior-taxa-de-evasao-da-educacao-ba sica>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ideb: Rio Grande do Sul tem resultado estável nos anos iniciais do ensino fundamental. Brasília, 14 ago. 2024. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/ideb-rio-grande-do-sul-tem-resultado-estav el-nos-anos-iniciais-do-ensino-fundamental>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MORAN, J. **Ampliando as práticas de Mentoria na Educação**. Disponível em: <https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2019/08/mentoria_Moran.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2024.

NÓVOA, António. **Professores Imagens do Futuro Presente**. Lisboa: Educa, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 57.739.** Porto Alegre, Diário Oficial do Estado, 9 de agosto de 2024. p. 9-10. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/diario?td=DOE&dt=2024-08-09&pg=9> Acesso em 18 jan 2024.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**, 20 (2). Porto Alegre, 1995.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Tutoria Pedagógica: novo projeto ajuda escolas estaduais no desenvolvimento da gestão escolar e ações pedagógicas. Curitiba, 15 abr. 2019. **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO** Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Tutoria-Pedagogica-novo-projeto-ajuda-escolas-estaduais-no-de senvolvimento-da-gestao> Acesso em 26 jul 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO. Secretários de Educação firmam acordo para adotar Tutoria Pedagógica. Cuiabá, 20 abr. 2016. **SEDUC MT**. Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/-/secretarios-de-educacao-firmam-acordo-para-adotar-tutoria-pedagogica >. Acesso em 10 nov 2024.

SIMÕES, F.; ALARCÃO, M. A eficácia da mentoria escolar na promoção do desenvolvimento socioemocional e instrumental de jovens. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 2, p. 339–354, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/Vn5wy9jHpbS7wBMV86HtttK/>. Acesso em 15 nov 2024